



CONTRATO Nº ...../2023

PAD 7213/2023

**Anexo III – Minuta de Contrato****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a empresa .....**

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ sob nº. 03.985.113/0001-81, situado na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80220-902, pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/21 de 01.04.2021, com fundamento no artigo 75, inciso II, por dispensa eletrônica de licitação nº .../2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislações pertinentes; regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, de um lado, e do outro a empresa:

....., inscrita no CNPJ n.º ....., com sede na cidade de ....., Rua ....., nº ....., Bairro, CEP ....., telefones (.....) ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado pelas seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em adaptação de veículos para transformação de um veículo tipo VAN em unidade móvel de atendimento, para atender as necessidades deste Tribunal.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência - Anexo I, o qual, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3.** De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XVII, a prestação dos serviços, objeto deste contrato será realizada por preço certo e global.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**2.1** - Os serviços e demais condições referentes à garantia deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2** - Local de entrega do veículo já devidamente adaptado:

**2.2.1.** Endereço da CONTRATADA;

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1- Incumbe ao CONTRATANTE:**

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, e deste instrumento contratual;

II – Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, no prazo de 01 (um) mês após a conclusão da instrução do requerimento, prorrogável por igual período;

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

V - Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor formalmente designado;

VI - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações;

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**4.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência;

**4.2** – Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições para a qualificação, exigidas na contratação direta por inexigibilidade.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **03 (três) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente, a critério do Contratante, nos termos da lei.

### **CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**6.1** - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES: .....;

Elementos de despesa: .....;

Nota de Empenho 2023NE....., de ...../...../20.....;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: 17400 - Adaptação e Transformação Veículos - Automotores / Rebocáveis / Especiais

### **CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**7.1** - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para o veículo devidamente adaptado, o valor total de **R\$..... (.....)**.

#### **7.2 - Do documento fiscal e do pagamento:**

**7.2.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**7.3** - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço [sacson@tre-pr.jus.br](mailto:sacson@tre-pr.jus.br).

**7.4** - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.4.1** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato;
- e) indicação do nº e Valor da etapa;
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.5** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.6** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

**7.7 - Das Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

**7.7.1** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10(dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**7.7.2** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**7.7.3** - Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 7.7.1 e 7.7.2 serão reduzidos **para 5 (cinco) dias úteis**.

**7.8** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.9** - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

**7.9.1** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

**7.10** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo(s).

**7.11** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.12 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o

pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### **7.13 - Da regularidade fiscal:**

**7.13.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.13.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**7.13.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

**7.13.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.13.2.1** - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de abertura da Dispensa Eletrônica (.../.../....), visto que o orçamento foi realizado concomitantemente à disputa, nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

**8.2** - Após o interregno de um ano, se houver prorrogação, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.2.1** - Conforme o disposto no inciso I do item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1) - São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

Relação de descumprimentos	
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em refazer os serviços de acordo com as especificações;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento;
5	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	<b>b.1.</b> Multa moratória, limitada a 10 (dez) dias, quando não houver entrega, injustificadamente, de qualquer documentação prevista em	0,5% (meio por cento) <b>ao dia</b> sobre o valor do contrato;

	ata de reunião inicial com a fiscalização, realizada sempre no início da execução do contrato, ou qualquer documento previsto em contrato como requisito para pagamento de nota fiscal.	
	<b>b.1.1)</b> Atraso injustificado superior a 10 (dez) dias, limitado a 30 (trinta) dias.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
	<b>b.2)</b> Multa moratória em razão de:  I. Atraso injustificado no início da execução, superior a 10 (dez) dias do comunicado do gestor.  II. atraso injustificado na execução do serviço, considerando o prazo previsto no item 8.1 do Termo de Referência, Anexo I.  III. atraso injustificado na entrega do objeto.	1% (um por cento) ao dia sobre o valor total do contrato
	<b>c)</b> Atraso injustificado <b>superior</b> aos prazos estabelecidos na alínea <b>b.2</b> e incisos, limitado a 30 (trinta) dias.	15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVE	<b>d)</b> Multa compensatória, nos seguintes casos:  I. inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, cujas falhas tenham sido formalmente notificadas para regularização, e não foram retificadas dentro do prazo estabelecido pela fiscalização.  II. não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato
	<b>e)</b> Abandono/cessação na execução dos serviços.	15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.
GRAVÍSSIMA	<b>f)</b> Multa compensatória pelo inadimplemento total, que implique extinção contratual.	30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato.

**10.2.2** - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;
- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

**d)** atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos na alínea “c” deste item e incisos do subitem “b”, do item 10.2.1. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

**10.2.3** - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

**a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

**b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

**e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

**f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

**g)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**h)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

**10.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

**10.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**10.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**10.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**10.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**10.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1** - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ....de ..... de 2023.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Dr. Valcir Mombach**  
Diretor-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>1</sup> Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.